# DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 448/2024

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/11717/2022 |
| **PROTOCOLO** | : 2193264 |
| **ENTE/ÓRGÃO** | : AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL |
| **INTERESSADO** | : JORGE OLIVEIRA MARTINS (DIRETOR-PRESIDENTE) |
| **TIPO DE PROCESSO** | : TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA |
| **RELATOR** | : CONS. FLÁVIO KAYATT |

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, do ato de transferência para a reserva remunerada a pedido do servidor Jonatas Edwards de Araujo que ocupou o cargo de 2º Tenente Policial Militar, na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 460/2024** (pç. 13, fls. 22-23), pela **regularidade** do ato de transferência para a reserva remunerada.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 576/2024** (pç. 14, fl. 24), opinando pelo registro do ato de transferência a pedido para a reserva remunerada ao servidor acima descrito.

É o relatório.

## DECISÃO

Analisando os autos, verifico que a transferência para a reserva remunerada “a pedido” está em consonância com as regras do art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I, art. 90-A, inciso I, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020, combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 1º do Decreto n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGEPREV n. 0609/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.888, de 11 de julho de 2022.

Diante disso, decido pela **legalidade do ato de transferência para a reserva remunerada** do servidor Jonatas Edwards de Araujo que ocupou o cargo de 2º Tenente Policial Militar, na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, com fundamento nas regras do art. 34, II, alínea “b” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 08 de fevereiro de 2024.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**
**Relator**

ACVCS